

Belo Horizonte, 08 de abril de 2021

Ilmos. Senhores Diretores e Conselheiros da
Fundação André e Lucia Maggi
Cuiabá- MT

Prezados Senhores,

Anexamos o Parecer Final e Conclusivo da Auditoria Externa às Notas Explicativas elaboradas pela Fundação André e Lucia Maggi, referente as Demonstrações Contábeis e Financeiras do período levantado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA
Warley de Oliveira Dias
Diretor

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

CNPJ: 01.832.808/0001-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá – MT, 30 de março de 2021.

Belisa Souza Maggi

Presidente do Conselho Diretor

CPF: 042.697.239-20

Juliana de Lavor Lopes

Diretora Executiva

CPF: 073.251.377-45



Balanco Patrimonial
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em reais – R\$)

		2020	2019			2020	2019
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	Nota Explicativa			CIRCULANTE	Nota Explicativa		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	14.817.092,07	11.821.825,22	Fornecedores	10	17.030,24	42.683,71
Outros Créditos	6 e 7	30.419,31	36.781,64	Obrigações Trabalhistas e Sociais	10	177.046,42	190.411,64
Ativo Circ Disp. para Venda ou Descontinuado	8	0,00	966.154,15	Obrigações Fiscais	10	1.020,31	7.268,47
				Outras Obrigações	10	-	-
				Projetos a Executar	10	20,00	-
Total do Ativo Circulante		14.847.511,38	12.824.761,01	Total do Passivo Circulante		195.116,97	240.363,82
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos		20,00	0,00	Patrimônio Social	11	12.154.625,58	14.126.916,34
Imobilizado	9	123.216,23	170.726,61	Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	606.620,44	647.172,64
Intangível	9	6.656,40	6.122,22	Superávit/Déficit do Exercício	13	2.021.041,02	(2.012.842,96)
Total do ativo não circulante		129.892,63	176.848,83	Total do Patrimônio Líquido		14.782.287,04	12.761.246,02
TOTAL DO ATIVO		14.977.404,01	13.001.609,84	TOTAL DO PASSIVO		14.977.404,01	13.001.609,84

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração do Resultado do Período
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em reais – R\$)**

		2020	2019
	Nota Explicativa		
Receita Operacional Bruta (atividade preponderante, cfe art. 6º do Estatuto Social)		19.165.664,31	1.575.446,14
Receita de Doações e Apoio a Projetos		18.970.242,47	1.379.908,28
Receita com Trabalho Voluntário		195.421,84	195.537,86
(-) Deduções da Receita Bruta		--	--
Receita Operacional Líquida	16	19.165.664,31	1.575.446,14
(-) Custos Operacionais (Lei No. 6.404/76, artigo 187)		(15.906.375,58)	(3.629.659,16)
(-) Despesa com trabalho Voluntario		(195.421,84)	(195.537,86)
Resultado Bruto. (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e ITG 2002)		3.063.866,89	2.249.750,88
(-) Despesas de Custeio		(105.347,78)	205.080,51
Gerais e Administrativas		(171.896,40)	(338.370,67)
Depreciações e Amortizações	9	(40.552,20)	(58.610,79)
Resultado Financeiro Líquido		107.100,82	602.061,97
Outras Receitas e Despesas	17	(937.478,09)	17.427,41
Outras Receitas		28.676,06	17.427,41
Outras Despesas	8	(966.154,15)	0,00
Receitas Não Peracionais	17	0,00	14.400,00
Receita Com venda de Ativo Circulante		0,00	14.400,00
Superávit/Déficit do Exercício		2.021.041,02	(2.012.842,96)

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em reais – R\$)**

Histórico	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		14.069.899,99	0,00	-4.788,77	714.291,16	14.779.402,38
Incorporação ao Patrimônio Social	11	(4.788,77)		4.788,77		-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	--	--	--	--	-
Transferência para Patrimônio Social		61.805,12	--	--	(67.118,52)	(5.313,40)
Déficit do Exercício de 2019		--	--	(2.012.842,96)	--	(2.012.842,96)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		14.126.916,34	0,00	(2.012.842,96)	647.172,64	12.761.246,02
Incorporação ao Patrimônio Social	11	(2.012.842,96)		2.012.842,96		-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		--	--	--	--	-
Realização de Avaliação Patrimonial	12	40.552,20	--	--	(40.552,20)	-
Superávit do Exercício de 2020		--	--	2.021.041,02	--	2.021.041,02
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		12.154.625,58	0,00	2.021.041,02	606.620,44	14.782.287,04

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em reais – R\$)**

		2020	2019
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	Nota Explicativa		
Superávit/Déficit do Exercício			
Superávit/Déficit do Exercício	13	2.021.041,02	(2.012.842,96)
(+) Despesa com Depreciação e Amortização	9	40.552,20	65.736,68
(-) Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	-	(5.313,40)
(+) Doação Patrimonial Recebida		-	-
(+/-) Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-
Superávit do Exercício Ajustado:		2.061.593,22	(1.952.419,68)
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Créditos a Receber	6	(3.269,62)	330,41
(+/-) Estoques		-	-
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Despesas Antecipadas	7	9.631,95	(13.045,58)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de ativo n circulante mantido p/ venda ou descontinuado	8	966.154,15	(706.154,16)
(+/-) (Aumento)/Diminuição Integralização de Capital (COTA)		(20,00)	-
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		972.496,48	(718.869,33)
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Fornecedores	10	(25.653,47)	(133.827,60)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais	10	(4.609,64)	114,45
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Provisão de Férias e Encargos	10	(8.755,58)	(3.395,34)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Obrigações Vinculadas a Fiscais e Tributárias	10	(6.248,16)	(4.029,46)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Outras Obrigações	10	-	-
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Projetos a executar - Fundo Emergencial	10	20,00	
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		(45.246,85)	(141.137,95)
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.988.842,85	(2.812.426,96)
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+/-) Recebimento pela venda do imobilizado	17	-	14.400,00
(+/-) Imobilizado - baixas (adições) líquidas	9	10.180,00	677.020,76
(+/-) Intangível - baixas (adições) líquidas	9	(3.756,00)	142.240,61
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		6.424,00	833.661,37
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Empréstimo Bancário		-	-
(+/-) Financiamentos Bancários		-	-
(+/-) Capital Social		-	-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
TOTAL DAS ATIVIDADES (1 + 2)		2.995.266,85	(1.978.765,59)
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Saldo no Início do Exercício	5	11.821.825,22	13.800.590,81
Saldo no final do Exercício	5	14.817.092,07	11.821.825,22

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração do Valor Adicionado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
(Valores expressos em reais – R\$)**

		2020	%	2019	%
	Nota Explicativa				
1. RECEITAS		19.481.400,92		2.305.869,07	
Receitas de Doações e Apoio a projetos	16	12.659.038,16		1.575.446,14	
Outras Receitas	17	28.676,06		17.427,41	
Receitas Financeiras		287.060,55		712.995,52	
Receita com Trabalho Voluntário		195.421,84		0,00	
Receita de Doações - Fundo Emergencial	16	6.311.204,31		0,00	
Receitas Não Operacionais	17	0,00		0,00	
2. VALOR ADICIONADO BRUTO		19.481.400,92		2.305.869,07	
RETENÇÕES		40.552,20		58.610,79	
Depreciação e Amortização	9	40.552,20		58.610,79	
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		19.440.848,72		2.247.258,28	
4. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		0,00		14.400,00	
Ganhos na venda ou baixa do imobilizado	17	0,00		14.400,00	
5. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		19.440.848,72		2.261.658,28	
6. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		19.440.848,72	100	2.261.658,28	100
Despesas com Pessoal		1.616.140,71	8,31	1.785.648,86	78,95
Serviços de Terceiros		702.112,30	3,61	904.366,81	39,99
Encargos e Tributos de Terceiros		4.782,62	0,02	7.986,90	0,35
Apoio a Projetos Culturais, Ambientais, Sociais		6.306.077,33	32,44	304.866,64	13,48
Apoio, Parceria Contínua a Instituições		510.553,51	2,63	59.960,00	2,65
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FALM		427.152,97	2,20	376.073,34	16,63
Despesas de Viagens		28.351,83	0,15	190.756,61	8,43
Despesas Administrativas		134.677,40	0,69	149.641,95	6,62
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		9.534,43	0,05	9.054,48	0,40
Despesas Financeiras		179.959,73	0,93	110.933,55	4,90
Despesas com Seguros		6.963,05	0,04	5.393,04	0,24
Despesas com Voluntários		195.421,84	1,01	195.537,86	8,65
Despesas com Fundo Emergencial		6.311.204,31	32,46	0,00	0,00
Outras Despesas		986.875,67	5,08	174.281,20	7,71
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		2.021.041,02	10,40	(2.012.842,96)	-89,00

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
(Valores expressos em reais – R\$)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação André e Lucia Maggi (FALM) é uma instituição sem finalidade econômica, responsável pela gestão do Investimento Social Privado da AMAGGI. Sua sede está localizada em Cuiabá (MT) e conta ainda com duas unidades, em Rondonópolis (MT) e em Itacoatiara (AM).

Desenvolve projetos e ações nas regiões estratégicas para a AMAGGI e a FALM, buscando contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e com o Posicionamento Global de Sustentabilidade da AMAGGI, com a premissa de fortalecer o protagonismo social de jovens e lideranças para o desenvolvimento local sustentável.

Fundada em 1997, ao longo dos anos a FALM realizou duas revisões estratégica em sua atuação, sendo a primeira em 2013, em que foram definidas as Diretrizes Estratégicas e o Plano de Ação 2014-2018, e a segunda, em 2017, que resultou na redefinição dos Objetivos Estratégicos da FALM até 2025 e em um novo Portfólio de Projetos –2019/2025. O Portfólio de Projetos –2019/2025 foi definido ao longo de 2018 e validado pelo Conselho Curador para ter início em 2019. Com isso a forma de atuação da organização passou por mudanças em relação ao que foi desenvolvido até 2018, com o encerramento de projetos e o incremento de novas formas de atuação, sempre alinhado à Missão, Visão e Valores da FALM e da AMAGGI.

A Instituição possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 509 de 05 de março de 2007, o Título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei nº 6.938 de 15 de outubro de 1997 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 4.635 de 12 de setembro de 2005, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

São finalidades Institucionais estatutária, conforme artigo 6:

- I. Estimular atividade de pesquisa nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, com reflexos na comunidade em geral;
- III. Promover, apoiar e incentivar ações nas áreas da educação da infância e adolescência, cultura, saúde, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social;

- IV. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências;
- V. Prestar qualquer tipo de apoio a outras instituições e iniciativas, dentro de seu escopo de atuação, apoiando, reconhecendo e premiando as melhores iniciativas relacionadas a práticas sociais e de gestão;
- VI. Apoiar instituições com objetivos congêneres ou afins, através de formalização de parcerias de colaboração ou convênios, promovendo atividades com outras instituições, mantendo intercâmbios técnicos ou científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativas e quaisquer outros correlatos a tais atividades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2020, a Instituição seguiu a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que altera artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - (Resolução CFC Nº 1.330/11 - NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados aos respectivos documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda crédito de liquidação duvidosa estimada para:
 - * Vida útil dos ativos - Nota 4.d
 - * Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) - Nota 4.e
 - * Provisões e contingências - Nota 4.f
 - * Ajuste a valor presente - Nota 4.j
 - * Reconhecimento de receita - Nota 4.l

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 15 de março de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de Liquidez Imediata** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) **Ativo Circulante Mantido para Venda ou Descontinuado** – A Fundação classifica um ativo ou o grupo de ativos mantido para venda quando esse estiver disponível para venda ou doação imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. Com isso, a sua venda ou doação deve ser altamente provável. Assim, a entidade classifica um ativo não circulante como mantido para venda ou descontinuado se o seu valor contábil vai ser recuperado por meio de transação de venda ou se aprovado pelo órgão interno deliberativo juntamente validado com o Ministério Público a doação do imobilizado.
- d) **Imobilizado** – Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A Entidade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações dos resultados.

- e) Redução ao valor Recuperável de Ativos** – A Fundação avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado e intangível. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).
- f) Passivo Circulante e Não Circulante** – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
- g) Prazos** – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.
- h) Provisão de Férias e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos colaboradores até a data do balanço.
- i) Provisão de 13º Salário e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- j) Ajuste ao valor Presente** – Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos

relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova NBC TG 12.

- k) As Despesas e as Receitas** – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- l) Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado seguindo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- m) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)** – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.
- n) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** – A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008 (alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.
- o) Trabalho Voluntário** – A ITG 2002 determina que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras, segue valores:

Contas	2020	2019
Caixa	-	-
Bancos-Conta Movimento	18.788,31	19.561,04
Aplicações Financeiras	14.793.687,80	11.796.887,34
Fundo Fixo	4.615,96	5.376,84
Saldos Totais em Reais	14.817.092,07	11.821.825,22

6. CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

Os saldos deste grupo referem-se a adiantamentos de viagens e adiantamento de férias, segue valores:

Contas	2020	2019
Adiantamento a Empregados	10.892,07	12.211,70
Adiantamento a fornecedores	4.859,95	270,70
Saldos Totais em Reais	15.752,02	12.482,40

7. OUTROS CRÉDITOS

Este grupo é composto pelos seguros e serviços contratados, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

Contas	2020	2019
Despesas Antecipadas	14.667,29	24.299,24
Saldos Totais em Reais	14.667,29	24.299,24

8. ATIVO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA OU DESCONTINUADO

Referem-se a terrenos e edificações mantidos para venda ou doação, a venda não fora efetivada por ausência de oferta ao alcance do valor autorizado para venda, após análise das despesas referente a manutenção dos terrenos e edificações, o Conselho Curador da organização, aprovou a abertura de um edital para doação dos mesmos para outras organizações sem fins lucrativos, tal possibilidade foi analisada e deferida pelo Ministério Público.

Desta forma, conforme aprovação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso a Fundação realizou a Doação dos Imóveis classificados como descontinuados, sendo as 2 Usinas utilizadas para a produção de bebida a base de soja e outras atividades com as comunidades locais, sendo:

O primeiro imóvel está localizado em Itacoatiara-AM e representa contabilmente o total de R\$ 706.154,16, foi doado para a Prefeitura Municipal CNPJ: 04.241.980/0001-75, que por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social do município serão implementados Programas Sócios Assistenciais para atendimento aos usuários do cadastro único do bolsa família e famílias em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;

O segundo imóvel, localizado em Rondonópolis-MT que possuía o valor contábil de R\$ 259.999,99 foi doado para o Instituto Ciranda – Música e Cidadania, inscrito no CNPJ 05.527.180/0001-88. A organização foi escolhida dentre outras organizações inscritas no Edital de Chamamento ao Público para Doação de Bem Imóvel publicado pela Fundação em 08 de junho de 2020. A organização acima citada utilizará o imóvel para desenvolver projetos cuja finalidade seja o desenvolvimento local e humano.

As edificações uma vez classificadas como mantidas para venda ou descontinuadas não são mais depreciables e foram devidamente baixadas após a doação:

Contas	2020	2019
Imobilizado Disponível para Venda	0,00	0,00
Imobilizados Descontinuados	0,00	966.154,15
Ativo N Circulante mantido para venda/Descontinuado	0,00	966.154,15

9. ATIVO NÃO-CIRCULANTE: IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear para perdas por imparidade, quando aplicável.

Adicionalmente, a FALM verificou que não havia a existência de indicadores de que os ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável ou que houvesse alteração na vida útil determinada para cada ativo, conseqüentemente, não houve alterações relevantes da vida útil estimada e não foi identificado perda de valor recuperável destes ativos.

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2020	Adições	(Baixas)	2019
Terrenos	0	N/A	-	-	-	-
Edificações	0	4% a.a	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	31	6,67% a.a	33.899,44	0,00	(12.838,73)	46.738,17
Equipamentos de Informatica	81	20% a.a	221.523,61	9.445,00	-	212.078,61
Móveis, Eletrodomésticos e Utensilios	76	6,67% a.a	79.861,50	1.435,00	(38.785,50)	117.212,00
Veículos	2	10% a.a	51.451,02	-	-	51.451,02
Equipamentos Audiovisuais	81	100%a.a	55.838,60	1.196,00	(577,32)	55.219,92
(-)Depreciação Acumulada			(319.357,94)			(311.973,11)
Imobilizado líquido,em reais			123.216,23			170.726,61
Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2020	Adições	(Baixas)	2019
Software	18	20% a.a	58.330,63	3.756,00	-	54.574,63
(-) Amortização Acumulada			-51.674,23			-48.452,41
Intangível líquido,em reais			6.656,40			6.122,22
Total do Ativo Não Circulante			129.872,63			176.848,83

10. PASSIVO CIRCULANTE (Obrigações a Curto Prazo)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:

Descrição	2020	2019
Vinc. Fornecimento de Mat. E Serv.	17.030,24	42.683,71
Fornecedores	17.030,24	42.683,71
Obrigações Trabalhista e Sociais	53.250,85	57.860,49
Salários	469,06	-
FGTS	9.186,00	10.948,62
INSS	28.332,91	32.001,77
PIS	1.473,37	1.747,46
IRRF	13.789,51	13.162,64
Contr Sindical	-	-
Rescisões	-	-
Provisões Trabalhistas	123.795,57	132.551,15
Férias	91.362,22	97.823,95
Encargos sobre Férias	32.433,35	34.727,20
Obrigações Fiscais	1.020,31	7.268,47
COFINS a Recolher	0,00	150,00
IRRF	397,89	2.040,12
ISS a Recolher	263,99	4.228,05
PIS/COFINS/CSLL	358,43	850,30
INSS	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00
OUTROS Credores por Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Receitas de Projetos a Executar - Fundo Emergencial	20,00	-
Projetos a Executar - Doações Nacionais	20,00	-
Total em reais	195.116,97	240.363,82

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescentado do Superávit do exercício de R\$ 2.021.041,02 (dois milhões, vinte e mil, quarenta e um reais e dois centavos), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

12. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste do Patrimônio de Avaliação Patrimonial faz parte Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado. Assim, o saldo refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído dos ativos, o qual é realizado por baixa e/ou depreciação dos bens que deram origem ao ajuste.

13. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Superávit do exercício de 2020 foi de R\$ R\$ 2.021.041,02 (dois milhões, vinte e mil, quarenta e um reais e dois centavos) e consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº

1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

14. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a FALM efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pela Administração da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso:

Modalidade	2020	2019
Edificações	-	-
Veículos	51.451,02	51.451,02

15. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e também é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14.

16. DOAÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme estão previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º.

Segue abaixo o demonstrativo de receitas:

Exercício	Valor Recebido
2020	19.165.664,31
2019	1.575.446,14
TOTAL	20.741.110,45

17. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (Fatos Extraordinários)

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	2020	2019
3.1.02	Outras Receitas	28.676,06	17.427,41
3.2	Outras Receitas Não Operacionais	-	14.400,00
4.2	Outras Despesas	986.875,67	174.281,20



18. ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

A Fundação André e Lucia Maggi (FALM) é uma instituição sem finalidade econômica, responsável pela gestão do Investimento Social Privado da AMAGGI. Sua sede está localizada em Cuiabá (MT) e conta ainda com duas unidades, em Rondonópolis (MT) e em Itacoatiara (AM).

Desenvolve projetos e ações nas regiões estratégicas para a AMAGGI e a FALM, buscando contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e com o Posicionamento Global de Sustentabilidade da AMAGGI, com a premissa de fortalecer o protagonismo social de jovens e lideranças para o desenvolvimento local sustentável.

Com o propósito de alinhar as ações da FALM com a atuação da AMAGGI, entendeu-se durante os últimos anos, que a atuação da Fundação deve se manter alinhada ao propósito de contribuir com o desenvolvimento local e humano, agregando valor à atuação da AMAGGI, que tem como Visão "Ser uma empresa de referência no desenvolvimento sustentável", demonstrando o compromisso social da companhia junto às comunidades onde atua.

Em nossa atuação junto às comunidades e partes interessadas a FALM trabalha para identificar as demandas locais existentes para que o trabalho coletivo com lideranças possa ser cada vez mais eficiente.

Diante dos novos desafios impostos pelo coronavírus em 2020, a FALM, atenta a este movimento, buscou contribuir neste cenário nas regiões onde a AMAGGI atua. Com isso, reorganizou o planejamento e atuação previsto para 2020 e para 2021, por entender que neste momento precisamos pensar e agir no agora, atendendo às necessidades básicas dos públicos em situação de vulnerabilidade, em parceria com organizações sociais de base e iniciativas sociais.

Focamos nossa atuação conforme o replanejamento realizado, principalmente nos estados do Amazonas, de Mato Grosso e Rondônia, dividindo nossa atuação nas seguintes frentes:

Um Por Todos e Todos Contra a COVID-19

O fundo "Um Por Todos e Todos Contra a COVID-19", foi criado pela FALM e realizado entre abril e setembro de 2020, com a distribuição de cestas básicas de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social agravada pela pandemia. A campanha começou com a promessa de doação inicial de 50 mil cestas básicas realizada pela AMAGGI. A partir daí, a FALM, junto com outros parceiros institucionais, lançou a campanha online de arrecadação. A FALM também fez a doação de R\$ 2 milhões para o Fundo. Ao todo a campanha engajou 1.913 doadores, arrecadou cerca de R\$ 6,4 milhões, e distribuiu 94.387 cestas básicas em 43 municípios nos estados do Amazonas, em Mato Grosso e em Rondônia, tudo isso só foi possível com o apoio de 166 organizações sociais. Ao todo, foram mais de 370 mil pessoas beneficiadas.

Apoio e fortalecimento das organizações sociais nos territórios em que atuamos

A FALM fortaleceu parcerias com organizações e iniciativas sociais de base que atendem às necessidades básicas dos públicos em situação de vulnerabilidade. Nessa frente, realizamos os seguintes projetos:

a. Incentivo emergencial

Apoio e fortalecimento das organizações sociais nos territórios em que atuamos, alinhada à sua estratégia e ampliar a capacidade de parcerias, visando uma atuação de Investimento Social Privado estratégico nas regiões onde a AMAGGI atua e atenta aos impactos negativos a médio e longo prazos da pandemia de COVID-19 e tendo sempre a missão de “Contribuir com o desenvolvimento local e humano”, a FALM fortaleceu parcerias com organizações e iniciativas sociais de base que atendem às necessidades básicas dos públicos em situação de vulnerabilidade.

Como estratégia de atuação visando resultados a curto prazo nesse momento de crise, a FALM buscou incentivar organizações sociais formalizadas e iniciativas sociais formadas por voluntários que estão atuando com ações diretas frente à pandemia com os públicos mais vulneráveis nas áreas de saúde, educação ou proteção social, a FALM lançou o Incentivo Emergencial. Com esse edital, além de recursos financeiros (até R\$ 10 mil para organizações sociais e até R\$ 5 mil para iniciativas sociais), a FALM também oferece uma série de incentivos como formação sobre captação de recursos por meios digitais, encontros online de fomento ao trabalho em rede, capacitação online para os não classificados e a Vitrine Virtual, onde as organizações e iniciativas têm suas causas divulgadas para que possam captar recursos de doações e ampliar a visibilidade. Foram selecionados 35 projetos, que estarão sendo acompanhados pela equipe da FALM ao longo de 2021.

b. Atuação em rede

Em parceria com o Itaú Social, atuamos junto no Fundo de Fomento Redes de Territórios Educativos para incentivar ações com redes parceiras no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e exclusão social em Várzea Grande e Cuiabá, em Mato Grosso. Em 2020, selecionamos 13 projetos que receberam apoio financeiro e acompanhamento técnico para implantação. A prioridade do fundo é fortalecer as redes parceiras com o intuito de implantar um plano de ação coletiva e integrada.

Tanto a FALM quanto o Itaú Social atuam em Cuiabá com objetivos e ações em comum, apoiando e fortalecendo organizações sociais e redes coletivas. Por meio desta parceria foi possível uma atuação mais estratégica, evitando a sobreposição de ações com os mesmos públicos, gerando assim um impacto social de mais qualidade e otimizando recursos, que podem ser investidos em outros projetos e comunidades.

c. Fortalecimento de organizações sociais visando o protagonismo de jovens de Rondonópolis (MT)

Envolvida por esse novo cenário pandêmico, a FALM identificou como uma oportunidade de ressignificar suas atividades no município de Rondonópolis e expandir suas ações e projetos para outros espaços, estabelecendo parcerias locais e fomentando o trabalho em rede, com isso encerrou suas ações no espaço físico (antiga Casa Maggica) e ampliou ações de apoio às organizações sociais que atuam com o mesmo público que a FALM já vinha atuando (jovens) no município, visando fortalecê-las na retomada de suas atividades de fomento do protagonismo social juvenil e desenvolvimento local.

Foi realizado um mapeamento das organizações do município e por meio do Incentivo Rondonópolis, a FALM apoiou quatro organizações sociais do município com recurso financeiro no valor de R\$ 20 mil cada, além de ações que estimulem o trabalho em rede, o gerenciamento de projetos sociais e a ampliação de captação de recursos, com a participação na Vitrine Virtual.

Investimento Social Comunitário nos municípios priorizados pela AMAGGI

A FALM realiza levantamentos de dados socioeconômicos dos municípios considerados pela AMAGGI de alto, médio e baixo impacto/relevância, além de cruzar com dados sobre as necessidades das comunidades destas localidades. Desta forma, consegue priorizar os municípios que precisam de uma atuação mais robusta e de longo prazo para o fortalecimento das redes locais que possam contribuir com ações coletivas pensando no desenvolvimento local.

Em 2019, a FALM junto com a AMAGGI listou três municípios para realizar esse trabalho, são eles: Itacoatiara (AM), Porto Velho (RO) e o distrito de Espigão do Leste (MT). Foram realizadas as etapas de Entrada e Validação e a Em Itacoatiara e Porto Velho, o tema de importância é o protagonismo social e a carreira para jovens, além da abordagem sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. No caso de Espigão do Leste, a necessidade está concentrada na disponibilidade de serviços essenciais, como saúde, educação e serviços bancários.

Em 2020, a etapa prevista para ser realizada era a Mão Na Massa. Por conta da pandemia, as atividades precisaram ser revistas e realizadas de maneira totalmente on-line. Como forma de estimular projetos e ações da comunidade voltados aos temas definidos, a FALM disponibilizou os "Incentivos FALM" (editais direcionados para organizações e iniciativas participantes), além de formações para o desenvolvimento do trabalho em rede, gerenciamento de projetos sociais e a ampliação de captação de recursos, com a participação dos projetos na Vitrine Virtual.

Fortalecimento do protagonismo social de jovens para o desenvolvimento sustentável

A fase da juventude é marcada por muitos estigmas, por ser um momento que ocorrem mudanças importantes na estrutura física e psicológica dos indivíduos. É um momento também de formação e fortalecimento de vínculos que ultrapassam o seu

núcleo familiar, expandindo o olhar para fora de si, permitindo perceber o mundo e as oportunidades à sua volta.

Por outro lado, em tempos de desemprego, a falta de perspectiva, de foco e de formação faz com que os jovens sejam os que mais sofram com os reduzidos números de vagas no mercado de trabalho. Atrelado a isso, a real situação que a Pandemia do novo Coronavírus trouxe à tona sobre as desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil e no mundo.

Dentre os diversos projetos sobre o fortalecimento do protagonismo social de jovens, destacamos o Curso Agro computação, realizado em parceria com outros parceiros executores.

O projeto deu início em 2019, onde a FALM e a AMAGGI em parceria, oferecem para jovens entre 18 e 24 anos, bolsas de estudo integrais para o curso superior de Agro computação, da FATEC- Faculdade de Tecnologia do Senai MT em Rondonópolis (MT) e Cuiabá (MT). Ao todo 23 alunos em 2019 foram selecionado e finalizarão o curso em março de 2021, outros dois alunos foram selecionados no vestibular de 2020, e estarão aptos para o mercado de trabalho em 2022. Além do incentivo financeiro, a FALM participa ativamente, proporcionando atividades e oficinas para contribuir com o processo de formação onde sejam capazes de entender as oportunidades que estão conquistando com a formação técnica.

Ações Pontuais / Contínuas

Neste grupo são classificados os investimentos relacionados à apoios pontuais e/ou parcerias contínuas que fazem parte da história da FALM e que são importantes serem mantidas, como por exemplo o apoio ao Hospital Renato Sucupira de Sapezal – MT, apoios a organizações como a Creche e APAE de Rondonópolis, entre outros investimentos pontuais realizados.

Ações Institucionais / Internas

São classificadas como despesas relacionadas à estrutura administrativa e gerencial da FALM como um todo, exemplo: Despesas Administrativas, Despesas com a estrutura física dos Espaços Coletivos, Governança, Comunicação e demais ações internas não classificadas anteriormente.

Folha de pagamento

A Folha de pagamento está estruturada por frente de trabalho e/ou estrutura física, desta forma, apresentamos os custos de forma segregada, sendo: Equipe de Gestão de Projetos, Equipe Administrativa/Corporativo, e Equipe dos Espaços Coletivos (Rondonópolis – MT e Itacoatiara – AM).

Ao longo do ano-base, a FALM investiu o total de R\$ 17.460.359,90 (dezessete milhões, quatrocentos e sessenta, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos) em projetos e ações. A seguir, apresentamos o investimento realizado segregado por Centros de Custos que correspondem às frentes de trabalho:

RESUMO DO INVESTIMENTO REALIZADO		
DESCRIÇÃO DO CENTRO DE CUSTO	VALOR (R\$) 2020	VALOR (R\$) 2019
Ag. De desenvolvimento Local Sustentável	57.117,56	61.133,73
Desafio Movimento Global	174.284,28	199.880,58
Concurso de Projetos	153,15	258.766,17
Espaço coletivo - Tecnologia Social	20.749,12	174.374,20
Espaço coletivo - Cogestão	-	64,60
Espaço coletivo - Cofinanciamento	-	3.806,00
Parceria FIDA	-	-
Parceria de Formação Técnica - FATEC	412.688,19	59.960,00
Projeto AKÔ	34.197,83	-
Parceria - Itaú Social	162.124,14	-
Municípios Prioritários - Tecnologia Social	43.639,32	119.795,92
Municípios Prioritários - Cogestão	-	-
Municípios Prioritários - Cofinanciamento	-	-
Foco no Local - Itacoatiara - AM	50.000,00	-
Foco no Local - São Félix do Araguaia - MT	10.000,00	-
Foco no Local - Rondonópolis - MT	80.000,00	-
Foco no Local - Porto Velho - RO	19.963,19	-
Creches Rondonópolis	14.000,00	14.615,32
APAE Rondonópolis	16.000,00	16.000,00
Hospital Renato Sucpira (SAPEZAL)	30.000,00	30.000,00
Bazar Rondonópolis	-	35.041,10
Produtores Resp. Aumentam Desenvolvimento Local	-	46.731,28
Apoio Extras	108.331,85	-
Administrativo	6.602.659,00	349.638,48
Espaço coletivo - Itacoatiara - AM	311.314,04	68.685,96
Espaço coletivo - Rondonópolis - MT	148.557,71	325.123,97
Espaço coletivo - Cuiabá - MT	395.719,85	171.751,29
Governança	18.774,08	27.126,79
Programa Estratégico de Comunicação	144.543,89	374.649,14
Programa de Voluntariado	204.458,68	211.490,32
Projeto de Cap. De Recursos Destinação de IRRF	9.611,84	-
Folha de Pagamento - Administrativo/Corporativo	489.868,23	452.497,51
Folha de Pagamento - Gestão de Projetos	953.467,06	1.046.282,38
Folha de Pagamento - Espaço Coletivo Itacoatiara - AM	77.669,98	104.200,88
Folha de Pagamento - Espaço Coletivo Rondonópolis - MT	123.422,55	134.160,85
Folha de Pagamento - Cuiabá MT	-	47.335,56
Fundo Emergencial - Um por Todos e Todos Contra a Covid-19	6.352.213,02	-
Incentivo Emergencial	394.831,34	-
TOTAL GERAL	17.460.359,90	4.333.112,03

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2020.

Belisa Souza Maggi
Presidente do Conselho Diretor
CPF: 042.697.239-20

Juliana de Lavor Lopes
Diretora Executiva
CPF: 073.251.377-45

Aline de Souza Saviczki
Contadora - CRC-MT 017668/O-8
CPF: 009.611.561-04

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Diretores e Administradores da
Fundação André e Lucia Maggi
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação André e Lucia Maggi**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação André e Lucia Maggi**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito disso.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Fundação André e Lucia Maggi**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Fundação André e Lucia Maggi**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Fundação André e Lucia Maggi**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da **Fundação André e Lucia Maggi**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Fundação André e Lucia Maggi** a não mais se manter em continuidade operacional.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2021

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG nº 5.198-02

CVM 8460

Warley de Oliveira Dias

C O N T A D O R

CRC/MG nº 094.865